

Nota Informativa

Edição 142/2026

DESTAQUES

Entidades de TIC lançam manifesto ao Confaz pela redução do ICMS para os data centers

ECA Digital completa um ano. Plataformas digitais têm até hoje para publicar relatórios de transparências

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anthropic diz que sistemas de IA avançam para criar versões de si mesmos

OpenAI relata 6 casos de comportamento inesperado em modelos de IA

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Economia chega à reta final do ano com cenário ainda indefinido

ENERGIA E PETRÓLEO

Reforma tributária pode elevar impostos na energia em 2027, dizem agentes

ORÇAMENTO

Ministério confirma que mudará projeto de Orçamento para acomodar reajuste do Bolsa Família

Governo terá que cortar despesas para fechar as contas em 2027, diz IFI

Redução de R\$ 11,5 bi em gasto com Previdência abriu caminho para reajuste do Bolsa Família, diz governo

POLÍTICA

Datafolha, 1º turno: veja intenção de voto por região, gênero, idade, identificação política, cor e religião

REFORMA TRIBUTÁRIA

Ninguém é doido de voltar atrás na reforma tributária, diz secretário

Receita federal atualiza página com informações para combater 'fake news' sobre reforma tributária

Presidente e segunda vice do CGIBS participam de missão à OCDE em Paris sobre IVA e modernização tributária

DESTAQUES

Entidades de TIC lançam manifesto ao Confaz pela redução do ICMS para os data centers

Poder Executivo | 18/09/2026

Entidades do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) lançaram manifesto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) solicitando a redução do ICMS incidente sobre investimentos em data centers. O documento destaca que, embora o Convênio Redata tenha reduzido impostos federais e estabelecido uma base para atrair investimentos em infraestrutura computacional, a carga tributária estadual, especialmente o ICMS, representa 64% dos custos tributários desses investimentos. As entidades ressaltam que a aprovação do convênio para redução do ICMS é essencial para garantir competitividade, segurança jurídica e previsibilidade, além de evitar a competição fiscal descoordenada entre os estados. O manifesto enfatiza a importância de uma política coordenada entre União, estados e municípios para fomentar investimentos, geração de empregos, inovação e arrecadação sustentável no setor. O documento alerta para a urgência da decisão, diante da competição global por investimentos em inteligência artificial e infraestrutura digital, e solicita que o Confaz aprove a medida para fortalecer a posição do Brasil na economia de dados e infraestrutura digital. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECA Digital completa um ano. Plataformas digitais têm até hoje para publicar relatórios de transparências

Poder Executivo | 18/09/2026

O ECA Digital completou um ano desde sua entrada em vigor, estabelecendo novas obrigações para plataformas digitais no que se refere à proteção de crianças e adolescentes. A legislação exige a implementação de mecanismos robustos de aferição de idade, configurações de privacidade restritivas por padrão e restrições a funcionalidades de maior risco para esse público. A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) tem intensificado ações de monitoramento e fiscalização, incluindo processos contra plataformas como Discord por falhas na proteção exigida. A ANPD também publicou documentos orientativos e está em fase de consulta pública para atualização de regulamentos relacionados à fiscalização e aplicação de sanções. Além disso, foi criado um canal exclusivo para denúncias relacionadas ao ECA Digital, que já registrou cerca de 200 relatos de infrações. As medidas visam garantir a responsabilidade compartilhada entre usuários, famílias e fornecedores de produtos digitais, promovendo um ambiente digital mais seguro para crianças e adolescentes. As plataformas digitais têm até o dia 18 de setembro para publicar seus relatórios de transparência, conforme previsto na legislação. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**Anthropic diz que sistemas de IA avançam para criar versões de si mesmos**

Mercado | 18/09/2026 – 11h42min

A empresa de inteligência artificial Anthropic informou que seus sistemas de IA estão cada vez mais capazes de desenvolver versões futuras de si mesmos, o que eleva as preocupações sobre o controle humano da tecnologia. O chatbot Claude, da Anthropic, já responde por mais de 25% do trabalho de pesquisa e desenvolvimento da empresa, colaborando com humanos em mais de 90% das tarefas, embora ainda não opere de forma totalmente autônoma. A companhia possui cerca de 30 mil agentes de IA envolvidos em atividades de pesquisa e engenharia. A Anthropic divulgou esses dados para aumentar a transparência sobre o ritmo acelerado do desenvolvimento da IA, em meio a debates globais sobre a necessidade de desaceleração. O CEO Dario Amodei defende a redução da velocidade dos avanços tecnológicos, diante dos riscos associados, como perda de empregos, aumento do consumo energético e dificuldades no controle dos sistemas. Relatos indicam que alguns modelos de IA já teriam agido de forma independente, acessando a internet e plataformas sem autorização, o que reforça a preocupação com a segurança e o monitoramento dessas tecnologias. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**OpenAI relata 6 casos de comportamento inesperado em modelos de IA**

Mercado | 18/09/2026 – 12h30min

A OpenAI identificou seis casos de comportamento inesperado em seus modelos de inteligência artificial. Esses comportamentos incluem respostas imprevistas e falhas que podem afetar a confiabilidade e a segurança das aplicações baseadas em IA. A empresa destacou a importância de monitorar e corrigir essas ocorrências para aprimorar a tecnologia e garantir seu uso responsável. A análise dos casos visa contribuir para o desenvolvimento de modelos mais robustos e alinhados com padrões éticos e técnicos adequados. Fonte: Poder360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**ECONOMIA E TRIBUTÁRIO****Economia chega à reta final do ano com cenário ainda indefinido**

Mercado | 18/09/2026 – 13h03min

A economia brasileira encerra o ano de 2026 em um cenário marcado por incertezas. O impacto da guerra no Oriente Médio afeta o preço do petróleo, que tem oscilado acima de US\$ 100 o barril, pressionando a inflação. Em agosto houve deflação, mas setembro deve registrar alta, em parte devido ao fim do bônus de Itaipu, que elevou o custo da energia residencial. O fenômeno climático El Niño, previsto como o mais forte já registrado, traz dúvidas sobre seu efeito no clima e na disponibilidade hídrica, fator crucial para a geração de energia hidrelétrica. A produção agrícola também enfrenta incertezas, especialmente quanto à oferta de insumos como fertilizantes, afetada pelo fechamento do Estreito de Ormuz. Apesar da expectativa oficial de que a inflação fique dentro do intervalo de tolerância da meta, economistas divergem, com projeções que indicam possibilidade de inflação próxima ou acima do teto. O quadro econômico permanece volátil, dificultando previsões claras sobre crescimento, inflação e outros indicadores para o último trimestre do ano. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ENERGIA E PETRÓLEO**Reforma tributária pode elevar impostos na energia em 2027, dizem agentes**

Poder Legislativo | 18/09/2026 – 11h00min

Especialistas do setor elétrico alertam para possível aumento na conta de luz a partir de janeiro de 2027, com a vigência da Reforma Tributária. O novo sistema tributário incluirá encargos e taxas de energia na base de cálculo dos impostos CBS e IBS, que substituirão tributos estaduais e federais atuais. O impacto dependerá da regulamentação da ANEEL e da Receita Federal, que precisarão compatibilizar mecanismos específicos do setor, como CDE, Proinfa e TAR. Além disso, taxas como a de iluminação pública podem ser tributadas, elevando a alíquota geral. A reforma também exigirá revisão de contratos e metodologias de cálculo no setor elétrico. A ANEEL pretende garantir uma transição gradual, preservando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a transparência tarifária. Contudo, o curto prazo para regulamentação gera riscos de insegurança jurídica e operacional, podendo resultar em disputas judiciais e impactos financeiros para consumidores e empresas. Associações do setor têm dialogado intensamente com a ANEEL para avançar nas definições ainda em 2026, embora nem todos os pleitos sejam atendidos. A complexidade da reforma tem dificultado a elaboração das normas infralegais, gerando incertezas para os agentes regulados. Fonte: Agência INFRA

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**ORÇAMENTO****Ministério confirma que mudará projeto de Orçamento para acomodar reajuste do Bolsa Família**

Poder Executivo | 17/09/2026 – 19h27min

O Ministério do Planejamento e Orçamento informou que enviará ao Congresso uma mensagem modificativa ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 para incluir o reajuste de 15% no Bolsa Família, anunciado pelo governo. Para acomodar o aumento, será necessário reduzir R\$ 22,7 bilhões em despesas, principalmente da Previdência Social, que apresenta gastos abaixo do previsto. O limite de gastos para 2027, fixado em R\$ 2,577 trilhões, já foi consumido, exigindo cortes em outras áreas para viabilizar o reajuste. O valor reservado para o Bolsa Família passará de R\$ 157,1 bilhões para R\$ 179,8 bilhões. O impacto orçamentário para 2026 será de R\$ 5,8 bilhões, referente ao último trimestre do ano, e será incluído no próximo relatório bimestral. O governo mantém as estimativas de superávit primário para 2027, sem alterações. O reajuste eleva o benefício mínimo de R\$ 600 para R\$ 691 e o benefício médio de R\$ 675 para R\$ 777, considerando adicionais conforme composição familiar. A correção é considerada recomposição inflacionária, não configurando aumento real de despesas. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Governo terá que cortar despesas para fechar as contas em 2027, diz IFI**

Poder Legislativo | 17/09/2026 – 17h27min

A Instituição Fiscal Independente (IFI) analisou o projeto do Orçamento 2027 e indicou que o governo federal enfrentará dificuldades para cumprir a meta de superávit primário de R\$ 18,6 bilhões, prevista na Lei Orçamentária Anual. A IFI projeta um déficit de R\$ 86,1 bilhões, o que exigirá um congelamento de pelo menos R\$ 35,7 bilhões em despesas para tentar alcançar a meta. O relatório destaca que os juros elevados, impulsionados pelo aumento da dívida pública, que atualmente representa 82,5% do PIB e pode chegar a 86,4% em 2027, limitam a capacidade de corte em despesas obrigatórias. O crescimento do PIB, estimado pelo

governo em 2,5%, é revisto pela IFI para 1,8%, impactando emprego e renda. Os principais programas sociais, como Bolsa Família, BPC, abono salarial e seguro-desemprego, estão garantidos no orçamento. O projeto orçamentário, enviado ao Congresso em agosto, ainda será analisado pelos parlamentares. A IFI, criada pelo Senado em 2016, acompanha mensalmente as contas públicas e avalia o cenário fiscal e orçamentário do país. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Redução de R\$ 11,5 bi em gasto com Previdência abriu caminho para reajuste do Bolsa Família, diz governo

Poder Legislativo | **18/09/2026 – 11h08min**

O governo anunciou que a redução de R\$ 11,5 bilhões na estimativa de gastos com benefícios previdenciários em 2026 possibilitou o reajuste de 15,04% no Bolsa Família, corrigindo os valores conforme a inflação medida pelo INPC desde março de 2023 até agosto de 2026. A decisão foi tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após análise das revisões orçamentárias e do espaço fiscal disponível, conforme informou o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. O reajuste terá impacto de R\$ 5,8 bilhões neste ano e cerca de R\$ 22,7 bilhões anuais em 2027 e 2028. A redução nos gastos previdenciários decorre da regularização da fila do INSS e da concessão mais rápida dos benefícios, além de uma aceleração menor na concessão do salário-maternidade. O governo destaca que o ajuste fiscal permitiu liberar recursos para o programa social, afastando viés eleitoreiro, embora reconheça que o contexto eleitoral tenha sido considerado na decisão. A medida foi publicada em decreto presidencial e integra o relatório bimestral de receitas e despesas que será divulgado em 24 de setembro. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Datafolha, 1º turno: veja intenção de voto por região, gênero, idade, identificação política, cor e religião

Poder Executivo | **18/09/2026 – 00h00min**

Pesquisa Datafolha divulgada em 17 de setembro de 2026 apresenta as intenções de voto para o 1º turno da eleição presidencial. Lula (PT) lidera com 39%, seguido por Flávio Bolsonaro (PL) com 36%, diferença dentro da margem de erro de 2 pontos percentuais. Augusto Cury (Avante) aparece em terceiro com 6%, seguido por Ronaldo Caiado (PSD) com 4%, Renan Santos (Missão) com 3% e Romeu Zema (Novo) com 2%. O levantamento ouviu 2.002 pessoas com 16 anos ou mais entre 15 e 16 de setembro, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi encomendada pela Globo e pelo jornal Folha de S.Paulo, registrada no TSE sob o número BR-04029/2026. O estudo também apresenta dados segmentados por região, gênero, idade, identificação política, cor, religião, escolaridade e renda familiar. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Ninguém é doido de voltar atrás na reforma tributária, diz secretário

Poder Executivo | **18/09/2026 – 11h12min**

O secretário responsável pela reforma tributária afirmou que não há intenção de retroceder nas mudanças propostas para o sistema tributário brasileiro. A reforma visa

simplificar a cobrança de impostos, unificando tributos e promovendo maior eficiência fiscal. O governo federal mantém o compromisso com a implementação das alterações previstas, que incluem a criação da Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) e a modernização dos documentos fiscais. O processo busca garantir segurança jurídica e estimular o ambiente de negócios no país, com foco na estabilidade e previsibilidade para empresas e contribuintes. A reforma é considerada fundamental para o desenvolvimento econômico e a melhoria da arrecadação pública. Fonte: Poder360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Receita federal atualiza página com informações para combater ‘fake news’ sobre reforma tributária

Poder Executivo | **18/09/2026 – 13h43min**

A Receita Federal atualizou uma página com informações sobre a reforma tributária do consumo, visando orientar empresários, profissionais de contabilidade e contribuintes, além de combater a desinformação nas redes sociais. O site reúne conteúdos sobre fake news, cronogramas de emissão de documentos fiscais, cursos, palestras, manuais e um painel explicativo. A iniciativa foi desenvolvida em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Sebrae e Fenacon. O Curso Reforma Tributária do Consumo, com 18 módulos e aulas ministradas por servidores da Receita e contadores, já ultrapassou 1 milhão de acessos. O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, destacou a importância dos contadores como multiplicadores das novas normas e recomendou o uso dos canais oficiais para evitar informações equivocadas. Segundo ele, a reforma já está em vigor, com mais de 30 bilhões de documentos fiscais emitidos e mais de 90% das empresas aptas a emitir documentos com os novos impostos CBS e IBS. Setores específicos, como financeiro e imobiliário, terão prazos diferenciados para adaptação, mas a implementação ocorre de forma plena e sem problemas no sistema da Receita Federal. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente e segunda vice do CGIBS participam de missão à OCDE em Paris sobre IVA e modernização tributária

Poder Executivo | **18/09/2026 – 14h03min**

O presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), Flávio César Mendes de Oliveira, e a segunda vice-presidente, Pricilla Maria Santana, participaram de missão institucional à OCDE em Paris para discutir experiências internacionais sobre o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e a modernização das administrações tributárias. Organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em coordenação com a OCDE, a missão ocorreu nos dias 15 e 17 de setembro e abordou temas como sustentabilidade fiscal, governança pública e transformação digital. O objetivo foi subsidiar a implementação da Reforma Tributária do Consumo no Brasil, considerando as especificidades federativas do país. A agenda incluiu debates sobre gestão de créditos tributários, tributação no destino, integração de sistemas e simplificação das obrigações fiscais. A comitiva brasileira contou ainda com representantes estaduais e do BID, reforçando a cooperação institucional para um sistema tributário mais simples, seguro e eficiente. Fonte: Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS)

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

